ME SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO
SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

DIARIO DE LISBOA | P 10

INVESTIGAÇÃO/CIENCIA/REUNIÃO

Número 07025-87

Defendido nas jornadas de Ciência e Tecnologia

PORTUGAL TEM DE ENTRAR NA CORRIDA AOS OCEANOS

A procura de consensos nacionais quanto às grandes linhas de orientação e aos objectivos estratégicos da investigação científica portuguesa marcou, ontem, a abertura das Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnológica, que decorrem em Lisboa até sexta feira. Na sessão da tarde, os debates centraram-se na dinamização da investigação nas áreas da energia e das ciências e teconologias do mar, chamando especial atenção a crítica aberta dos investigadores ao desinteresse da indústria nacional pelo seu trabalho no domínio da energia.

Reunidos pela primeira vez numa acção multidisciplinar e de envergadura nacional, dotada de objectivos bem concretos, cerca de um milhar de cientistas e tecnólogos portugueses iniciaram ontem, no Forum Picoas, a discussão de um conjunto de propostas sectoriais que visam o desenvolvimento científico e tecnológico nacional. Caracterizado desde o seu lançamento pelo presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, prof. José Mariano Gago, como um projecto consensual, o programa mobilizador de ciência e tecnologia em debate nas jornadas visa essencialmente a o avanço científico «que o desenvolvimento do país e a melhoria da qualidade de vida da sua população cada vez mais exigem». Significativamente, o primeiro dia de trabalhos espelhou a ideia do consenso, com base no qual foi possível organizar estas jornadas, e não foi por acaso que teve grande eco entre os participantes a afirmação do Presidente da República, na sessão de abertura, de que considera «o desenvolvimento científico e tecnológico como um autêntico desígnio nacional, que não pode ser adiado e muito menos partidarizado, devendo ser objecto de um amplo consenso».

Energia e ciências do mar

Na sessão da tarde foi iniciado o debate da proposta de programa dinamizador das ciências e tecnologias do mar e debatidas as propostas referentes à área da energia.

No domínio das ciências do mar, o documento apresentado, e que será posteriormente discutido, considera serem seus objectivos essenciais a expansão dos conhecimentos do meio marinho e a prospecção dos nossos recursos vivos, minerais e energéticos, nas áreas marítimas de jurisdição nacional, especialmente na zona costeira e insular.

Mesa do debate sobre ciências e tecnologia do mar

O texto sublinha que as ciências e tecnologias do mar constituem uma «das poucas áreas» em que, à partida, Portugal poderá assumir «um estatuto de especialista europeu».

Numa conferência de imprensa realizada ao fim da tarde, um dos coordenadores dos debates, Luís Saldanha, do INIP, frisou contudo que «os pontos de interrogação são em maior número que as certezas» resultando daí, por exemplo, que se verifique uma enorme escassez de dados concretos acerca dos stocks e comportamentos das espécies piscícolas mais comuns na alimentação dos portugueses.

Outro reflexo das carências nacionais em termos de investigação, designadamente no que se refere aos recursos humanos, consiste no facto, sublinhado por Mário Ruivo, secretário geral da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, de em Portugal os recursos marinhos serem encarados quase exclusivamente em termos de pescas. «Mas o mar não é só pescas», frisou, referindo que o estudo da área portuguesa do Oceano Atlântico poderia, entre outras coisas, melhorar as previsões meteorológicas em três dias, o que, em termos económicos é espantoso».

A proposta evidencia, por outro lado, que embora dispondo de áreas atlânticas muito ricas em peixe, «as capturas têm diminuído, pouco se explora o elevado potencial do país para a aquacultura, não se aproveitam os nossos recursos minerais ou energéticos oceânicos e a marinha mercante sofreu uma importante regressão».

200 mil contos para o mar

Em todos estas questões, os especialistas consideram que o aumento do número de cientistas constitui um desafio essencial, propondo-se na proposta de programa apresentado a criação de um «Instituto das Ciências do Mar, que possa ser um centro de ensino por excelência, onde as pessoas mais capazes possam fazer os seus cursos para termos muito rapidamente os técnicos e docentes de que precisamos».

No campo da formação de especialistas o documento sustenta a necessidade de formar 26 doutorados, 52 mestrados e 73 especialistas em cinco anos.

Para levar por diante as propostas consagradas no programa, os seus autores consideram necessário avançar desde já com um financiamento de 200 mil contos, por forma a ultrapassar a situação actual. Esta situação traduz-se, designadamente, na impossibilidade de Portugal participar na «corrida aos oceanos», os quais representam a «última fronteira do nosso planeta».

Além do fomento do conhecimento do meio marinho, o projecto de programa visa, para os próximos 3 a 4 anos, a intensificação do aproveitamento dos recursos do mar para o desenvolvimento nacional e a modernização das indústrias marinhas; a aceleração da formação de pessoal científico e técnico; o aumento da capacidade de investigação; a contribuição para a formulação de uma política nacional de investigação dos oceanos e o desenvolvimento da colaboração internacional.

O divórcio da indústria

No que respeita ao sector energético, o prof. Domingos Moura, que orientou o debate, considerou «espantoso» o desinteresse das empresas portuguesas em participar nos trabalhos das jornadas, criticando asperamente a ausência de colaboração entre as universidades e as empresas neste domínio. No debate realizado foram discutidas as áreas prioritárias de investigação e desenvolvimento, concluindo-se pela necessidade de intensificar uma dinâmica de investigação capaz de vencer o fosso entre os resultados do trabalho dos investigadores e a sua aplicação nas empresas.

De acordo com o prof. Domingos Moura, que sublinhou também a necessidade de serem criadas condições para que os especialistas portugueses não sejam obrigados a publicar os seus trabalhos científicos apenas no estrangeiro, «chega-se por vezes a resultados excelentes, a nível da investigação. mas depois a sua aplicação pelas empresas é nula».

Para que conste e se recorde, um projecto de pequenas barragens hidroeléctricas desenvolvido em Portugal, e considerado «excelente», pelos profs. Dopmingos Moura e Henry Bageunier, ficou pura e simplesmente no papel porque ninguém o quis levar à prática...

Investigação sem dinheiro

«O enorme aumento das dotações orçamentais destinadas á JNICT, que foram multiplicadas por 24 em dois anos, não corresponde a uma subida muito significativa das verbas globais consagradas ao financiamento da investigação científica», consideram alguns cientistas ligados à Organização dos Trabalhadores Científicos.

Embora regozijando-se com o reforço do orçamento da JNICT, que não faz directamente investigação, mas apoia e financia projectos, aqueles investigadores sublinham que, em contrapartida, os laboratórios do Estado e alguns institutos científicos viram os seus orçamentos drasticamente reduzidos no corrente ano. Na sua opinião, as verbas que lhes foi atribuída não chegam para cobrir, até ao fim do ano, as despesas correntes, o que os força a ter de mendigar verbas suplementares.

Segundo as mesmas fontes, não se verifica no orçamento de 1987 um reforço significativo da investigação científica no seu conjunto, já que a despesa global prevista, de 17,4 milhões de contos, representa um aumento de 16 por cento em relação ao ano anterior.

Por outro lado, reduzida a inflação, essa verba representa a preços constantes um aumento real de 4 por cento, o que é manifestamente insuficiente para tirar Portugal da cauda da Europa quanto à percentagem do Produto Interno Bruto gasta com a investigação e a tecnologia.

Actualmente, Portugal investe neste sector, decisivo para o progresso económico e social de qualquer país, apenas 0,4 por cento do seu PIB e terá de fazer um esforço seis vezes maior, investindo 2,5 por cento do PIB, se quiser realmente recuperar do atraso e aproximar-se dos níveis atingidos pelos parceiros europeus.

Admitindo que o PIB possa crescer 3 por cento ao ano, a verba gasta com a investigação científica teria assim de aumentar, a preços constantes, 25 por cento em cada ano durante os próximos dez anos, para que se atingisse em 1997 a meta desejada. O aumento real de apenas 4 por cento, registado este ano, parece revelar que existem ainda algumas hesitações ao nível dos governantes.

Investig. científica - Jornadas

JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ